

## Farsul busca convênio para habitação

A Farsul buscará fechar convênio com a Caixa Econômica Federal para financiamento de habitações no meio rural, nos mesmos moldes do que foi realizado pela federação catarinense. Este foi um dos pleitos encaminhados pelos produtores durante o Seminário da Pequena Propriedade e Agricultura Familiar, realizado nos dias 19 e 20 de dezembro, na sede da Farsul, em Porto Alegre. Conforme o presidente da Comissão da Pequena Propriedade da Farsul, João Picoli, o convênio firmado em Santa Catarina beneficia pequenos produtores, do campo e da cidade, que têm renda mensal de até R\$ 1,7 mil.

Outra demanda elencada durante o seminário é a necessidade de repassar informações aos produtores sobre o seguro especial, relação entre patrões e funcionários, perfil profissional previdenciário (PPP) e Pronaf. Picoli destacou que os patrões devem pagar o INSS para si e para os funcionários e que, para ser enqua-



Sperotto, Picoli e representantes do INSS participaram dos debates

drado como segurado especial, o produtor não pode ter empregados permanentes, mas independe do tamanho da propriedade. “A nova lei vai fechar o número de módulos.” Já o PPP é uma ficha onde devem ser apontados todos os dados referentes aos funcionários, como uso de equipamentos de segurança e licença-saúde.

Uma orientação aos sindicatos rurais é que criem um departamento pessoal para orientar os produtores rurais sobre como elaborar a folha de paga-

mento, recolher o FGTS e pagar o imposto de renda, entre outros assuntos. “Estes procedimentos têm custo muito elevado para o produtor. Ele vai ter de pagar pelo menos meio salário mínimo para um contador”, disse Picoli. Entre os palestrantes do seminário também estiveram a técnica previdenciária do INSS Alda Regina Rosa de Lima e o assessor da superintendência do Senar/RS, Saulo Gomes, que falou sobre o preenchimento da GPS e legislação previdenciária rural.

## Pessoa jurídica deve pagar contribuição sindical em janeiro

O pagamento da contribuição sindical rural da pessoa jurídica deve ser efetuado até o dia 31 de janeiro. O prazo para a pessoa física estende-se até 22 de maio, destacou a advogada Tereza Cristina Oliveira, da Farsul. Todos os produtores que possuam propriedade ou cuja soma das propriedades seja maior que

dois módulos rurais ou que seja empregador rural deve efetuar o pagamento da contribuição.

Os produtores receberão o boleto bancário da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Caso o produtor se enquadre nas normas acima mas não tenha recebido o boleto, deve procurar a Farsul ou o

sindicato rural dentro dos prazos especificados. As entidades também devem ser procuradas caso o produtor queira encaminhar uma impugnação. O valor da contribuição é encaminhado ao sindicato rural (60%), à Farsul (15%) e à CNA (5%). Os outros 20% são direcionados ao Ministério do Trabalho.

## Grupo sobre queima controlada apresenta alternativas

O grupo de trabalho sobre queima controlada realizou sua última reunião no dia 12 de dezembro. As propostas, todas com ganhos reais na agropecuária, serão sintetizadas e apresentadas, a partir deste mês, em eventos no interior do Estado. Entre as alternativas que estarão em debate está a redução da área submetida à queima, na ordem de 10% por ano. Com isso, ao final de dez anos, as propriedades terão abandonado por completo a prática. O trabalho é desenvolvido pela Farsul em parceria com o Ministério Público (MP) e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema).

Conforme o consultor de Recursos Hídricos da Farsul, Ivo Lessa Silveira Filho, a queima controlada de campo nativo é realizada em todo o Estado, mas é mais freqüente nos Campos de Cima da Serra. “O produtor queima para que venha o campo nativo, mas perde em qualidade de pastagem. O que queremos é que o produtor mantenha a pecuária na área”, afirmou. O con-

sultor destacou que serão buscadas, junto aos governos, compensações aos produtores que adotarem o projeto. A legislação ambiental não permite a realização de queimas de campo, mesmo controladas.

### Sinos e Gravataí

No dia 11 de dezembro, reunião entre representantes da Farsul, da Federação, do Irge e do MP resultou no encaminhamento de um diagnóstico completo das lavouras de arroz localizadas nas margens dos rios do Sinos e Gravataí. A intenção, explicou Silveira Filho, é fazer um projeto que viabilize as lavouras. Para tanto, a partir da safra 2007/2008, deverá ser feito o barreamento de água ou a captação de água em momentos alternados. “A idéia é que as lavouras não captem água direto dos rios”, afirmou o consultor. As entidades também deverão atuar junto aos produtores para que todos estejam legalizados. Também deverá ser estimulada a reconversão da cultura do pré-germinado para outro sistema, como o plantio no seco.

## Qualidade e tecnologia para o melhor desempenho



**Plainas Niveladoras Robust**

Um projeto pioneiro de lâminas que aplaina diretamente o solo sem necessidade de preparo prévio. Seis modelos que se adequam a qualquer potência de trator.



**Taipadeira Base Larga**

Para taipas suaves e sem leveiros. Rolo com perfil alongado e arredondado que permite a passagem do trator e da plantadeira, sem prejuízos ao plantio.



**Caçamba Scraper**

Indicada para serviços de terraplanagem do solo como na construção de aterros, barragens, estradas, canais para irrigação e também na aproximação de terra para sistematizar várzeas.

(55) 3222 7710 / 3214 2300

Entre em contato conosco - agrimec@terra.com.br

Uma garantia para quem vive da terra.

Distrito Industrial - Santa Maria - RS - CEP 97030-440

